



02 DE ABRIL DE 2015

Quinta-feira

- QUEM TEM MEDO DA TERCEIRIZAÇÃO?
- NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA DA SIDERURGIA NO BRASIL FICA ABAIXO DA MÉDIA MUNDIAL
- CONSUMO APARENTE DO AÇO PODE CAIR 7,8% NO BRASIL EM 2015
- MINÉRIO DE FERRO: MINÉRIO COM 62% FE É COTADO ABAIXO DE US\$ 50 A TONELADA
- NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO PODE SER VOTADO ATÉ MAIO
- VALE VENDE 49% DE SUA FATIA NO PROJETO BELO MONTE PARA A CEMIG GT
- CONSUMO DE AÇO NA CHINA VAI DIMINUIR EM 2015
- DESACELERAÇÃO DA CHINA EMPURRA MINÉRIO DE FERRO ABAIXO DE US\$ 50
- LUCRO DA ARCELOR AUMENTA 292% EM 2014
- NIPPON STEEL VAI À JUSTIÇA CONTRA TERNIUM
- IVECO INVESTE R\$ 650 MILHÕES ATÉ 2016
- MONTADORAS PARAM PRODUÇÃO E FORD DEMITE
- ABRAMAT PREVÊ VENDA ESTÁVEL NO MÊS DE ABRIL
- ATIVIDADE NO SETOR EM SP AUMENTA 0,8% EM FEVEREIRO, MAS FIESP NÃO VÊ SINAIS DE RETOMADA
- USO DE CAPACIDADE INSTALADA RECUA E EMPRESAS PROMOVEM DEMISSÕES, REVELA PESQUISA DA CNI
- INDICADORES DE ATIVIDADE INDUSTRIAL DA CHINA MOSTRAM SENTIDOS OPOSTOS
- INDÚSTRIA TEM A MAIOR QUEDA DESDE 2009
- RECEITA ATUALIZA IN QUE CONSOLIDA AS NORMAS DO IR DAS PESSOAS FÍSICAS

- VENDA DE VEÍCULOS SOBE 26% EM MARÇO, INFORMA FENABRAVE
- MINISTRO QUER R\$41 BI PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA, MAS BC NÃO DEVE MEXER EM COMPULSÓRIO
- IPC-FIPE DESACELERA ALTA A 0,70% EM MARÇO
- GOVERNO RETOMA PIS/PASEP E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA DE EMPRESAS EM REGIME NÃO-CUMULATIVO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 0,9% EM FEVEREIRO COM PERDA EM TODAS AS CATEGORIAS
- QUEDA DAS COMMODITIES REDUZ PESO CHINÊS NAS EXPORTAÇÕES
- CRISE DA INDÚSTRIA AFETA 70% DOS PRODUTOS, SEGUNDO IBGE
- APÓS 137 DEMISSÕES, TRABALHADORES DA FORD PARALISAM ATIVIDADES
- ANFAVEA VOLTA A SUBIR A RAMP A DO PLANALTO
- PIRELLI QUER SUSPENDER 1,5 MIL FUNCIONÁRIOS
- MERCEDES GLA DARÁ SALTO DE VENDAS NESTE ANO
- CAMEX REDUZ IMPOSTO PARA MAIS AUTOPEÇAS SEM PRODUÇÃO NACIONAL
- MARCO CONFIRMA FORTE QUEDA DAS VENDAS DE VEÍCULOS
- PLENÁRIO PODE VOTAR PROJETO QUE REGULAMENTA TERCEIRIZAÇÃO
- ESTUDO MOSTRA QUEDA NA CONFIANÇA DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS
- BRASIL MAIS SIMPLES DEBATE DESBUROCRATIZAÇÃO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS
- ÍNDICES MOSTRAM PIORA DA ECONOMIA

CÂMBIO		
EM 02/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,139	3,140
Euro	3,413	3,415

Fonte: BACEN

Quem tem medo da terceirização?

02/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O infindável debate sobre a terceirização, tema que tramita há 17 anos no Congresso Nacional, é exemplo de como o apego a uma legislação ultrapassada contribui para a redução de oportunidades de desenvolvimento. Embora a terceirização seja generalizada no mundo inteiro, inclusive no Brasil, a falta de legislação específica provoca insegurança jurídica para empresas e para um universo de 12 milhões de trabalhadores, que já se encontram nessa situação.

A suposta preocupação quanto à garantia de direitos trabalhistas emperra as discussões, embora o substitutivo ao Projeto de Lei 4.330/2004, proposto pelo deputado relator Arthur Maia, contenha dispositivos que até superam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Não leva a reduções de valores, salários ou direitos, mas propõe mecanismos como fiança, retenção de valores contratuais e responsabilidade da empresa contratante em relação à garantia dos direitos dos trabalhadores.

Como afirma o professor José Pastore (O Estado de S. Paulo - 24/3/2015), a combinação de tecnologia com terceirização alavancou a competitividade das empresas, reduziu o preço dos bens e serviços para os consumidores e gerou muitos empregos para os trabalhadores.

A formalização das regras não significa a precarização do emprego. Ao contrário, pode até permitir que os serviços especializados sejam melhor remunerados. Como defende a CNI, a Fiesc e a totalidade das federações industriais, a aprovação do projeto contribuirá para a estabilidade macroeconômica e estimulará a produtividade.

A votação do projeto, programada para a próxima semana, representa uma nova oportunidade para o país, pois segurança jurídica e institucional reduz riscos em investimentos, aumenta a competitividade e promove a criação de mais e melhores empregos.

Glauco José Côrte é Presidente da Fiesc.

Nível de utilização de capacidade instalada da siderurgia no Brasil fica abaixo da média mundial

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

O nível de utilização de capacidade instalada da indústria siderúrgica do Brasil em fevereiro foi de 65,9% ante 71,9% da média mundial. A situação preocupa o setor, segundo o presidente da ArcelorMittal Brasil e do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (IABr), Benjamin Baptista Filho.

Durante coletiva realizada nesta quarta-feira (1) para discutir as projeções do instituto para o setor em 2015, o executivo comentou a queda de 3,2% da indústria em 2014, com impacto direto no consumo de aço. A previsão do IABr é de um declínio de 2,2% da produção industrial em 2015 e, diante desse cenário, a estimativa é que as vendas internas caiam 8% e o consumo aparente de aço caia 7,8% ante 2014.

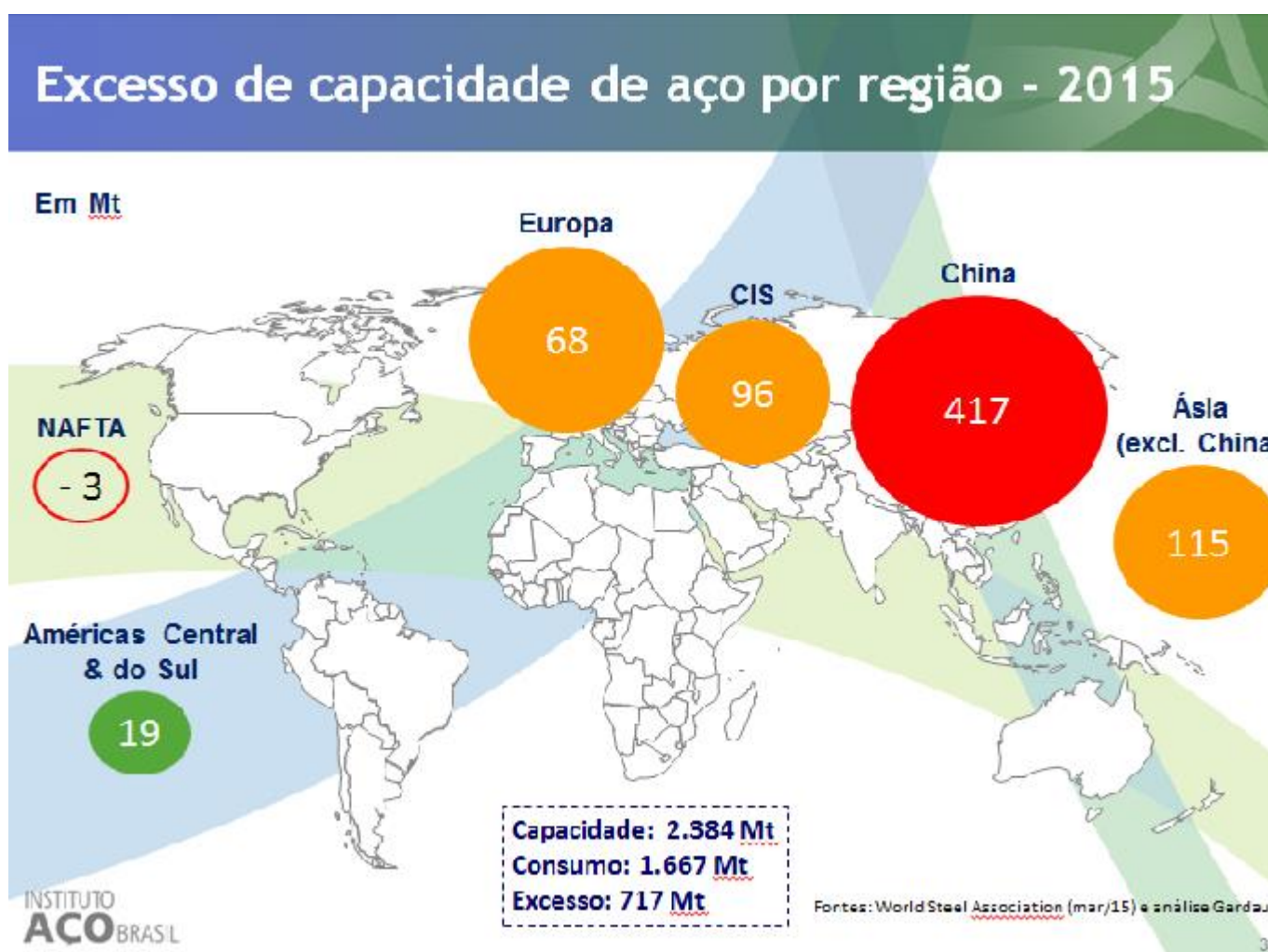
Dados recentes da World Steel Association, a associação mundial do aço, mostram que o excesso de capacidade de produção instalada no mundo foi de 600 milhões para 717 milhões de toneladas, sendo que 417 milhões de toneladas estão concentradas na China.

Apesar disso, ainda há projetos pra ampliar a capacidade global de produção em 120 milhões de toneladas no mundo. Somente a China tem planos de elevar a produção em

40 milhões de toneladas, seguida pelo Oriente Médio, que tem planos de elevação de 23 milhões de toneladas.

"Isso mostra que a questão do excesso de capacidade está longe de ser resolvida. Se o consumo não aumentar de forma proporcional, esse excedente tende a aumentar. Essa é a principal variável do processo de deterioração dos preços internacionais, já que todo mundo está tentando vender esse excesso", disse Baptista Filho.

Segundo ele, o Brasil enfrenta grandes dificuldades de competir com os principais concorrentes no setor, que são Japão, China e Rússia, por ter uma moeda mais valorizada. "Apesar da desvalorização recente do real, ainda estamos 125% mais caros que a cesta de moedas dos países que competem conosco no cenário internacional", afirmou. As informações são da Agência Estado.



Excesso de capacidade de aço por região. Crédito: IABr

Consumo aparente do aço pode cair 7,8% no Brasil em 2015

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

O consumo aparente de aço no Brasil deve fechar o ano de 2015 com 22,7 milhões de toneladas, patamar próximo ao registrado em 2007 e correspondente a uma queda de 7,8% na comparação com o ano de 2014. As vendas internas têm queda prevista de 8% este ano, atingindo 19,1 milhões de toneladas, segundo previsões do Instituto Aço Brasil (IABr).

As importações deverão atingir 3,7 milhões de toneladas, representando queda de 6,3%. Já as exportações, apesar das condições adversas do mercado internacional, deverão atingir 13,5 milhões de toneladas, o que representa aumento de 38,1% em relação ao ano passado, basicamente face às remessas de semiacabados.

De acordo com o IABr, "estes números são reflexo da deterioração do cenário político-econômico nacional e da contínua perda de competitividade sistêmica que atinge a indústria brasileira do aço assim como também seus principais setores consumidores. Custo de energia elétrica, elevada carga tributária, custo do capital, cumulatividade de impostos e câmbio são alguns dos fatores que impactam a competitividade da indústria de transformação brasileira".

Com essas condições, as usinas brasileiras de aço continuarão a ter dificuldades na competição com importados e na exportação, fazendo com que permaneçam operando com baixo nível de utilização de sua capacidade instalada.

No primeiro bimestre, as vendas de aço no Brasil caíram 12%, a 3,118 milhões de toneladas, ante o mesmo período de 2014. Enquanto isso, a produção de aço bruto subiu 5%, a 5,65 milhões de toneladas, e as exportações saltaram 22,7%, a 1,76 milhão de toneladas.

A mudança desse cenário representa um grande desafio, devido às assimetrias competitivas e as questões conjunturais, como o fraco desempenho da economia do País e a existência de grande excedente de capacidade instalada de produção de aço no mundo, que subiu para a ordem de 700 milhões de toneladas, segundo dados da Worldsteel Association. Com informações do IABr e da Reuters.



MINÉRIO DE FERRO: Minério com 62% Fe é cotado abaixo de US\$ 50 a tonelada

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Leia no Minério de Ferro de hoje: Preço do minério cai 3,5% e recua para US\$ 49,53; Preço do minério entregue a partir de abril será mais baixo; Frete de minério do Brasil para a China recua 2%. Preço do minério cai 3,5% e recua para US\$ 49,53

O índice de preços de minério de ferro compilados pela Metal Bulletin mostra que o metal perdeu US\$ 1,82, ou 3,5%, e caiu hoje (1) para US\$ 49,53 a tonelada. O minério de ferro

é medido em toneladas métricas base seca, sem umidade. Este preço é para minério com 62% Fe entregue no porto de Qingdao, na China, no prazo de oito semanas na modalidade custo e frete (CFR). Veja o gráfico.

Minério com 62% Fe é cotado abaixo de US\$ 50 a tonelada

O mercado transoceânico de minério de ferro teve ontem transações sendo fechadas a menos de US\$ 50 por tonelada, na modalidade CFR, em meio a uma queda nos preços de swaps, contratos de troca de títulos lastreados em commodities. A plataforma eletrônica de negociações Global Ore relatou uma transação envolvendo a venda de uma carga de 90.000 toneladas de minério australiano tipo Pilbara com teor de 62% Fe, para entrega em maio na China, por US\$ 48 por tonelada CFR. De acordo com fontes do mercado, contratos de swap com vencimento em abril para minério com 62% Fe, na Bolsa de Cingapura, mudaram de mãos por US\$ 47,50 por tonelada durante o dia, o que aumentou a pressão de baixa sobre o comércio físico.

Preço do minério entregue a partir de abril será mais baixo

Na plataforma Beijing Iron Ore Trading Center (Corex), uma carga de 90 mil toneladas, com data de saída entre 21 e 30 março, com minério australiano tipo Newman com 62,5% Fe foi vendida por US\$ 51,81 dólares por tonelada CFR. "Talvez o preço tenha sido mais alto por causa da chegada da carga em meados de abril. Mas não há siderúrgicas querendo comprar a minha carga de Pilbara [minério australiano] com saída em abril por US\$ 50 por tonelada, hoje", disse um trader em Pequim ao Metal Bulletin.

Frete de minério do Brasil para a China recua 2%

As tarifas diárias médias de afretamento para navios capesize ficaram em US\$ 3.105 de acordo com o índice Baltic Exchange de Londres. O índice caiu 2,8% hoje (1). O frete na rota Brasil-China teve queda de 1,8% e chegou a US\$ 10,015 por tonelada métrica. Na rota Austrália-China, o frete caiu 0,6% e chegou a US\$ 4,491 por tonelada. A diferença entre o frete da Austrália e do Brasil está em US\$ 5,524 por tonelada.

Novo Código de Mineração pode ser votado até maio

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

O relator da comissão especial do novo Código de Mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), disse ontem (31) que o marco para o setor será votado pelo colegiado até maio. A afirmação foi feita durante a primeira reunião, desde novembro, da comissão.

Segundo o parlamentar, é necessário buscar acordo com o governo para viabilizar a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e decidir como será cobrada a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), uma espécie de royalties da mineração.

"Precisamos convencer o Executivo de que a ANM não é gasto, mas uma oportunidade de gerar, no mínimo, 500 mil postos de trabalho", disse Quintão. O relator argumentou que, enquanto a estrutura do órgão atual, o DNPM, "agoniza", diante de 131 mil processos parados.

O que representa uma grande perda visto que um projeto médio de mineração é capaz de gerar cerca de 200 empregos. "É disso que precisamos convencer o Planalto", reforçou. Na avaliação dele, a agência agilizaria a análise dos pedidos de exploração da atividade mineral.

Na terça-feira (31), a comissão discutiu a proposta de novo código com autoridades e

representantes de mineradoras. O diretor-geral do DNPM, Sérgio Dâmaso, reforçou as deficiências administrativas da instituição. "Todos temos a expectativa de que esse projeto seja votado em maio para que os servidores possam ter condições de trabalhar. Isso impactaria inclusive em maior arrecadação para o setor", argumentou.

O secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Carlos Nogueira, lembrou que a iniciativa de criar uma agência reguladora para a área partiu da própria pasta. "Sempre defendemos que a ANM tenha a mesma representatividade das demais agências vinculadas ao ministério, como a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]", ressaltou.

Sobre o orçamento da futura agência, Nogueira defendeu que parte dos recursos seja arrecadada diretamente, por meio de recolhimento de multas, sem a necessidade de repasse pelo Ministério da Fazenda.

O diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Marcelo Ribeiro Tunes, citou dois desafios da mineração brasileira: o licenciamento ambiental e a alta burocracia. Segundo ele, ambas as questões podem ser solucionadas pela nova legislação, com a melhoria na gestão do patrimônio mineral por meio da criação da agência.

"O que se busca não é a troca de nomes, talvez o setor de mineração seja o único que quer ter uma fiscalização forte, pois essa é a maior garantia de que o setor privado tem está protegido", sustentou Tunes. Ele acrescentou que a mineração enfrenta um período de crise no País.

O atual Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) foi publicado há quase 50 anos e para atualizá-lo, o governo federal enviou, em 2013, uma nova proposta (PL 5807/13), que se juntou a outros seis projetos de lei (PL 37/11 e apensados) sobre o assunto que já tramitavam na Câmara dos Deputados desde 2011. Na legislatura passada, Quintão apresentou um substitutivo, mas o texto não chegou a ser votado. As informações são da Agência Câmara Notícias.

Vale vende 49% de sua fatia no projeto Belo Monte para a Cemig GT

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

A Vale concluiu a transação com a Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) para a venda de 49% de sua participação no projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), segundo comunicado enviado nesta quarta-feira (1) pela mineradora. A transação está relacionada ao acordo anunciado com a Cemig GT em 19 de dezembro de 2013.

Segundo o comunicado, após a obtenção das aprovações legais e ao cumprimento de todas as condições precedentes a transação, a Vale transferiu a sua participação de 9% na Norte Energia, empresa responsável pela construção, operação e exploração da UHE Belo Monte, para a sua subsidiária Aliança Norte Energia Participações (Aliança Norte).

Logo após a transferência, a Cemig GT adquiriu 49% das ações da Aliança Norte, o correspondente a uma participação indireta de 4,41% na Norte Energia. A aquisição foi feita pelo pagamento em caixa de um valor de aproximadamente R\$ 305 milhões.

A participação indireta da Vale no capital da Norte Energia, agora reduzida a 4,59%, garante à mineradora o direito de adquirir 9% da energia elétrica gerada pela usina, por meio de um contrato de longo prazo firmado em 2012. A companhia afirma que, ao mesmo tempo, há a expectativa de redução, na mesma proporção, da prestação das

garantias associadas a estrutura de financiamento do projeto Belo Monte.

Também fez parte do acordo firmado com Cemig GT, a constituição da Aliança Geração de Energia, operação que foi concluída em 27 de fevereiro de 2015, conforme anúncio feito ao mercado naquela data, com o aumento do capital social na Aliança Geração mediante o aporte de ativos de geração de energia da Vale e Cemig GT.

“Esta transação é consistente com a estratégia da Vale de maximização de valor para os acionistas, na medida em que proporciona diminuição do dispêndio de capital em investimentos relacionados a ativos non-core e aumenta a flexibilidade para gestão destes ativos no futuro”, diz o comunicado. As informações são da Vale.

Consumo de aço na China vai diminuir em 2015

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

O consumo de aço da China deve reduzir neste ano em meio à queda dos preços do minério de ferro, segundo afirmou o analista Daniel Morgan, do UBS. O excesso de construções de casas nos últimos dois anos no país asiático fez com que a demanda chinesa por aço enfraquecesse neste momento.

Segundo o especialista, BHP Billiton, Rio Tinto e Vale subestimaram a redução do consumo de aço na China ao decidirem expandir a produção de minério de ferro, medida que tem contribuído para a mínima dos preços da commodity em seis anos. O minério de ferro com 62% Fe para entrega no porto de Qingdao, na China, na modalidade CFR fechou hoje (1) em US\$ 51 a tonelada, segundo o índice Platts. No ano, a commodity acumula queda de 28,4%

“O cenário da demanda está mais fraco do que as pessoas pensavam. Um ano ou dois anos atrás, as pessoas não acreditariam que a demanda da China por aço diminuiria neste ano”, disse Morgan. O analista do UBS afirmou que qualquer expansão de oferta no mercado transoceânico do minério de ferro fará com que algumas mineradoras deixem o mercado.

Segundo dados da China Iron and Steel Association (Cisa), a associação do aço e do ferro do país asiático, o consumo de aço da China caiu 3,4% em 2014, para 783,3 milhões de toneladas. Foi a primeira queda do consumo chinês de aço desde 1996.

“Se você analisar as apresentações deles [Rio Tinto e BHP] até pouco tempo, diziam que o pico do minério de ferro no que diz respeito à China seria por volta de 2025 e 2030. Bom, a Cisa está dizendo a eles que esse momento é agora”, disse Gavin Wendt, analista sênior do MineLife.

Wendt disse que a demanda por aço no país asiático pode melhorar se o governo chinês implementar medidas de confiança e que estimulem o setor. Ainda assim, porém, o analista aponta que a demanda por aço da China não vai crescer agora.

“Há uma série de custos extras que entraram no setor de mineração nos últimos cinco a dez anos, facilitando o corte de despesas desnecessárias.

Então o preço necessário para forçar a tomada de decisão para mudar conseqüentemente se tornou mais baixo”, disse Morgan em referência à deflação dos custos no setor de mineração. As informações são do SNL.

Desaceleração da China empurra minério de ferro abaixo de US\$ 50

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

No dia em o minério de ferro ficou abaixo de US\$ 50 por tonelada pela primeira vez em dez anos, vítima do excesso de oferta mundial e do enfraquecimento da demanda chinesa, a China anuncia que 46 países, incluindo o Brasil, querem ser membros fundadores do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) que deve começar com capital de US\$ 50 bilhões. Ontem foi o último dia para a inscrição.

O AIIB vai ser uma instituição internacional destinada a financiar projetos de infraestrutura na Ásia que será formalizada oficialmente até o fim do ano. A previsão é que, em 2020, esse banco esteja financiando até US\$ 700 bilhões por ano em projetos.

Apesar do potencial que a AIIB tem para impulsionar a demanda por commodities no continente asiático, o minério com 62% de teor no porto de Qingdao, China, retraiu 3,5% para US\$ 49,53 a tonelada base seca nesta quarta-feira (1), de acordo com o Metal Bulletin. Esse é o menor valor desde 2004, baseado nos dados do Metal Bulletin e da compilação anual de benchmarks da Clarkson Plc, a maior agenciadora de fretes marítimos do mundo.

Os preços entraram em colapso no ano passado, e estenderam suas perdas para 2015, na medida em que a Rio Tinto e a BHP Billiton impulsionaram a produção de minério de baixo custo em um mercado saturado, apostando que maiores volumes de matéria-prima protegeriam suas fatias do mercado e cortariam os custos unitário, enquanto mineradoras menos competitivas enfrentariam o fechamento.

De acordo com o Deutsche Bank, a demanda global de minério de ferro vai encolher neste ano pela primeira vez desde 2009. Em relatório divulgado nesta terça-feira (31), o banco prevê que os preços do minério podem ficar abaixo de US\$ 40 em 2015, à medida que as moedas mais fracas e os preços mais baixos da energia diminuem os custos dos produtores.

O analista do Citigroup em Hong Kong, Ivan Szpakowski, afirmou hoje que "todo trimestre veremos mais oferta do que o trimestre anterior, e isso continuará por anos. Cada US\$ 10 é um nível psicológico, mas não significa que não podemos alcançá-lo". Em março, Szpakowski previu que a barreira dos US\$ 50 seria quebrada.

A queda dos preços aumenta o risco do fechamento de minas e do desemprego no mundo todo, principalmente na China. Em um relatório divulgado no dia 9 de março, o banco Standard Chartered afirmou que com os preços em cerca de US\$ 60, a maior parte da produção na China não é economicamente viável.

Após o presidente da Fortescue Metal Group, Andrew Forrest, pedir aos maiores produtores da Austrália para colocar um limite nas produções para estimular uma recuperação, a proposta foi recusada pelo CEO da Rio Tinto, Sam Walsh. Gina Rinehart, bilionária que administra a mina de Roy Hill, na região de Pilbara, Austrália, confirmou planos de iniciar as exportações ainda no ano de 2015, com isso serão mais 55 milhões de toneladas no mercado.

De acordo com o banco Morgan Stanley, ao passo que os preços caem, algumas minas de minério de alto custo fecharão ou suspendendo suas produções. Mais de 210 milhões de toneladas de capacidade já foram cortadas, com mais fechamentos ainda por vir. Com informações da Bloomberg e da agência chinesa Xinhua.

Lucro da Arcelor aumenta 292% em 2014

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Resultado positivo da empresa somou R\$ 1,49 bilhão no ano passado, ante R\$ 380 milhões no exercício anterior. Apesar do momento difícil pelo qual passa o setor siderúrgico nacional, a ArcelorMittal Brasil, subsidiária do grupo ArcelorMittal, registrou incremento de 292% no lucro líquido em 2014 na comparação com o ano anterior.

O resultado foi beneficiado por fatores não-recorrentes e pela retomada de um alto-forno na usina de Tubarão, no Espírito Santo. O lucro da companhia atingiu R\$ 1,49 bilhão no exercício, ante R\$ 380 milhões em 2013. De acordo com a empresa, o desempenho foi impulsionado por uma série de fatores. O primeiro deles foi o reconhecimento do crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 723 milhões.

O segundo fator foi a redução das despesas de depreciação em função da revisão da vida útil dos equipamentos, no valor de R\$ 313 milhões. O resultado também foi favorecido pela venda de excedente de energia para o mercado spot. Além disso, de acordo com a siderúrgica, houve aumento das exportações de placas, com a retomada do Alto-Forno 3, em Tubarão. As operações no equipamento foram retomadas em julho para atender à demanda da joint venture entre a Arcelor e a Nippon Steel nos Estados Unidos.

Com o desempenho positivo, o Ebitda – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – cresceu 4,1% no ano passado ante 2013. O resultado passou de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 3,54 bilhões no período. A margem Ebitda se manteve em 20% na mesma base de comparação. A receita líquida consolidada da subsidiária brasileira atingiu R\$ 17,9 bilhões em 2014. O montante é 8,2% superior ao registrado no ano anterior, quando ele somou R\$ 16,6 bilhões, conforme o relatório financeiro.

As vendas da companhia cresceram 11,2% na mesma base de comparação. Foram comercializadas 8,9 milhões de toneladas de aço em 2014, ante 8 milhões de toneladas no exercício anterior. A ArcelorMittal Brasil produziu 8,9 milhões de toneladas de aço no ano passado. O volume representa incremento de 7,2% no período.

De acordo com o relatório, no segmento de aços planos a produção anual de aço bruto aumentou de 4,43 milhões de toneladas para 5,36 milhões de toneladas. Esta alta de 21% está diretamente relacionada ao religamento do Alto-Forno 3. Por outro lado, a produção de longos recuou 7% no período, atingindo 3,3 milhões de toneladas.

Investimentos

Ainda conforme o documento, a empresa concluiu no quarto trimestre de 2014 o projeto de ampliação da capacidade de laminação da planta de aços longos em Juiz de Fora, na Zona da Mata. O empreendimento é integrado à expansão da unidade João Monlevade (Vale do Aço).

A empresa está investindo R\$ 352 milhões na unidade de Monlevade. O aporte compreende a instalação do terceiro laminador, com capacidade de 1,1 milhão de toneladas/ano. A previsão é que o equipamento já esteja em operação em meados deste ano.

De acordo com o balanço divulgado em fevereiro último pela controladora, os investimentos da companhia em seus negócios no Brasil somaram US\$ 497 milhões no

ano passado. O valor é 80% superior ao registrado em 2013, quando eles totalizaram US\$ 276 milhões.

Recentemente, a companhia anunciou investimentos de R\$ 50 milhões na ampliação de sua unidade em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os aportes serão feitos em uma linha de barras usinadas de alta precisão, com capacidade de aproximadamente 40 mil toneladas anuais.

Estes produtos deverão atender à demanda da indústria automotiva, uma vez que são utilizados na produção de componentes como barras estabilizadoras, válvulas hidráulicas e hastes para amortecedores.

Nippon Steel vai à justiça contra Ternium

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Em mais um round na disputa que trava há mais de um ano com sua sócia na Usiminas, o grupo Nippon Steel & Sumitomo informou que entrou no início da semana Justiça de Minas Gerais com um processo - ação cautelar - contra o grupo italiano Ternium - Techint.

A companhia japonesa questiona, e espera barrar, a decisão da sua sócia de transferir a terceiros ações ordinárias que possui na Usiminas, mas que estão fora do bloco de controle (sem vínculo ao acordo de acionistas). Essa transferência seria feita por meio de operação de aluguel.

Para a Nippon Steel, dessa forma a Ternium está burlando a obrigação de votar com tais ações na Assembleia Geral Extraordinária, agendada para 6 de abril, "na mesma direção do voto de suas demais ações vinculadas ao Acordo de Acionistas". O grupo japonês, segundo maior do mundo em volume de produção, informou ainda que no mesmo dia (30 de março) fez uma denúncia do que considera "conduta irregular" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas medidas, acrescentou a companhia, foram inevitáveis em razão de a própria Ternium-Techint ter admitido, em informação ao mercado feita pela Usiminas, a transferência de ações ordinárias da siderúrgica à custódia fungível da BM&FBovespa.

A Ternium informou, em nota, que não teve conhecimento do conteúdo da carta que a Nippon Steel encaminhou à CVM, nem foi notificada da suposta ação cautelar que teria entrado na Justiça.

Reafirmou que trabalha dentro das exigências legais e contratuais. E confirmou que transferiu 25 milhões de ações ordinárias da Usiminas (o correspondente a 4,95% do capital ordinário da Usiminas), mas que não fechou nenhuma operação de venda ou empréstimo. E lembrou que "não há nenhum impedimento legal" na venda ou aluguel das ações.

Para o grupo japonês, no entanto, o objetivo da Ternium é passar esses papéis a terceiros, os quais votariam na AGE de acordo com os interesses do grupo ítalo-argentino. A Nippon Steel alega que isso se configura um flagrante descumprimento do acordo de acionistas firmado em 2012.

As ações que a Ternium transferiu para a custódia da bolsa para aluguel ou venda foram adquiridas em outubro do fundo de pensão Previ. Na época, dizem os japoneses na nota, declarou que isso mostrava seu "compromisso de longo prazo" com a Usiminas.

O Valor apurou que o fundo L. Par, de Lirio Parisotto, que reuniu um grupo de minoritários para eleger o novo presidente do conselho de administração da Usiminas, também entrou com pedido de liminar na Justiça contra a decisão da Ternium de alugar ações.

O grupo de Parisotto, que indicou o conselheiro Marcelo Gasparino para presidir o conselho, detém quase 5% de ações ordinárias, de um total de 10% dessa classe de papéis da Usiminas no free float, sem considerar os 12% da CSN. Um fundo gerido pelo BTG Pactual tem pouco mais de 3%.

A Ternium disse ainda que solicitou à CVM investigação, em 25 de março, sobre a participação da japonesa Sankyu no grupo de acionistas de Parisotto. O pedido foi motivado pelo fato de a Nippon Steel ser a maior acionista não-financeira da Sankyu, com 3,09%.

Iveco investe R\$ 650 milhões até 2016

02/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A Iveco, sexta marca do mercado nacional de veículos comerciais, está investindo R\$ 650 milhões dentro de um programa lançado no país em abril do ano passado e que vai se estender até o fim de 2016. A maior parte desse montante - cerca de 40% do total - será destinada à nacionalização dos caminhões produzidos no parque industrial de Sete Lagoas, em Minas Gerais.

As condições desse mercado hoje são péssimas, mas a empresa quer minimizar sua exposição às oscilações do câmbio e ganhar flexibilidade na administração dos fluxos de produção ao atrair o maior número possível de fornecedores para o entorno da fábrica.

Na média, os veículos da Iveco já têm índices de peças nacionais superiores a 60%, o que lhes garante acesso às melhores condições do Finame, a linha de financiamento a bens de capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que oferece as taxas mais baratas do mercado.

Depender dos importados para, em alguns modelos, preencher 40% dos insumos utilizados na produção torna-se, no entanto, uma situação perversa em momentos de valorização do dólar, como o atual. A meta, então, é elevar o percentual de componentes nacionais dos caminhões da marca para algo na faixa de 70% a 80%.

"Estamos falando em investimento para tornar a Iveco mais brasileira do que ela já é", diz Vilmar Fistarol, presidente na América Latina da CNH Industrial, o braço do grupo Fiat que absorveu a Iveco na reestruturação promovida pela multinacional italiana que separou o negócio de automóveis das operações de veículos comerciais, tratores agrícolas e máquinas de construção.

No momento, o grupo está em negociação com fabricantes de autopeças que poderão se instalar no distrito de fornecedores recém-criado ao lado da fábrica. Em outubro, a empresa realizou o primeiro encontro com 40 empresas interessadas em assumir parte de um volume de compras que soma R\$ 1,7 bilhão a cada ano. Na primeira etapa do projeto, pretende-se colocar 20 fornecedores no parque de fornecedores. Sete deles já reservaram espaço no local.

A ideia é levar para lá fabricantes de peças cuja escala e complexidade de logística justifiquem a proximidade às linhas de montagem, bem como reunir num único ponto fornecedores que estão dispersos na região - boa parte deles com dificuldades de acesso à fábrica da Iveco, cuja estrada corta áreas urbana, reduzindo a velocidade do transporte.

Entre os itens que estão nos planos de produção local da marca, Fistarol cita sistemas mecânicos das cabines dos caminhões, além de peças de chassi, transmissão e suspensão atualmente importadas da Europa ou da China. O executivo diz que o projeto está sendo conduzido junto com "uma centena" de fornecedores, incluindo, sem citar nomes, grandes multinacionais sistemistas.

Independentemente da situação do câmbio ou da competitividade - muitas vezes pior da indústria de suprimentos brasileira em relação à concorrência internacional -, o chefe da CNH na região diz que o grupo vem acelerando, desde o ano passado, a nacionalização de peças porque a proximidade de fornecedores dá à companhia agilidade para aumentar ou reduzir os fluxos de matérias-primas de acordo com a produção.

Fora do objetivo de aumentar o conteúdo local dos veículos, o restante dos investimentos da Iveco previstos para o país será dividido em atividades de pesquisa e desenvolvimento, modernização da fábrica, treinamento de pessoal e atualização de produtos.

O último ciclo de investimentos da companhia no país, que consumiu cerca de um terço dos € 1 bilhão investidos pela Iveco em todo o mundo, se voltou, sobretudo, à renovação e ampliação de portfólio, colocando a marca em todas as linhas desse mercado, desde os utilitários leves aos caminhões mais pesados.

O objetivo de alcançar entre 15% e 20% das vendas de caminhões no Brasil e estar, em curto espaço de tempo, entre os três maiores da indústria ficou, no entanto, para depois. Longe disso, a Iveco terminou 2014 com 6,5% do total de caminhões emplacados no país.

Montadoras param produção e Ford demite

02/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Ford decidiu demitir 137 operários da fábrica de motores em Taubaté (SP) que estavam há oito meses afastados da produção. O retorno estava previsto para hoje, mas, na falta de reação do mercado, a empresa não vai reintegrar o grupo. A decisão amplia um contingente de demitidos na indústria de veículos que, no fim de fevereiro, já somava 17,3 mil pessoas desde novembro de 2013, quando o setor deu início ao atual ciclo de ajustes na força de trabalho.

Em paralelo, as empresas seguem adotando soluções alternativas para administrar o excesso de mão de obra e adequar a atividade das fábricas a um mercado que acumula queda de mais de 17% neste ano. Hoje, a Fiat, líder do mercado de carros, para a produção em Betim (MG) e só volta à atividade na terça-feira, mesmo dia em que a Mercedes-Benz retoma a produção de caminhões no ABC paulista, parada desde segunda-feira.

Além das demissões em Taubaté, a Ford vai paralisar a fábrica de carros e caminhões em São Bernardo do Campo (SP) a partir do feriado de sexta-feira, com retorno apenas no dia 15 de abril -, ou seja, 12 dias seguidos sem atividade fabril.

Para completar, a Volkswagen está afastando 570 operários da produção na fábrica de São José dos Pinhais, no Paraná, com a suspensão de contratos de trabalho por até cinco meses, o já famigerado "layoff".

Conforme informa o sindicato dos metalúrgicos da região, o "layoff" na Volks será aplicado em três turmas, sendo a primeira, formada por 190 funcionários, iniciada já nesta semana. A partir de segunda-feira, entram em "layoff" outros 110 trabalhadores e na semana seguinte a última turma, de 270 operários. A montadora, com isso, faz um

rodízio de um grupo com número próximo de empregados → 572 → que no mês passado voltou de um "layoff" iniciado em outubro.

No caso da Ford, a indenização oferecida aos demitidos da fábrica de Taubaté é a mesma prevista no Programa de Demissões Voluntárias (PDV) aberto na unidade → e também na fábrica do ABC →, com pagamento de valor equivalente a 83% do salário por ano trabalhado, ou 140% no caso de trabalhadores com restrição médica.

Segundo o sindicato, o grupo de operários dispensados ficou fora do acordo fechado pela montadora em suas fábricas paulistas que prevê estabilidade de emprego até 2017. A entidade informa que a fábrica de motores de Taubaté vem operando há quase um ano em esquema de semana curta de trabalho, com um dia a menos de produção. A unidade diminuiu o ritmo após a aposentadoria da linha de propulsores da família Rocam.

De acordo com informações do sindicato, cerca de 500 trabalhadores já aderiram ao PDV da Ford em Taubaté, que está em vigor desde o primeiro trimestre do ano passado. Com as demissões anunciadas ontem, o número de vagas eliminadas chega, portanto, a 637 operários, ou 35% do efetivo da fábrica antes do início do ajuste.

Entre agosto e setembro, a Ford, em duas turmas, colocou 224 empregados de Taubaté em "layoff", ferramenta em que parte do salário (R\$ 1,3 mil) é financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para evitar demissões, a empresa, em dezembro, entrou em acordo com o sindicato para adiar o retorno deles por mais três meses.

Contudo, todo o custo passou a ser assumido pela montadora, sem o apoio do FAT, já que o "layoff" tem duração máxima de cinco meses. Na época, o grupo de trabalhadores afastados já estava mais reduzido porque parte dos operários havia aderido ao PDV. Tais alternativas, no entanto, "foram insuficientes para manter os contratos de trabalho", como relatou a própria empresa na nota em que confirma as demissões.

Abramat prevê venda estável no mês de abril

02/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Estudo divulgado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) mostra que o setor tem expectativa "regular" para as vendas em abril. Segundo o Termômetro Abramat, em março 38% das empresas esperavam faturamento regular, essa fatia sobe a 59% em abril.

A pesquisa mostra ainda que 35% das empresas esperavam boas vendas em março e 26% indicavam que a expectativa é ruim. Para abril, 21% das indústrias afirmaram esperar vendas boas, 18% esperam por um cenário ruim e apenas 3% apostam em faturamento muito ruim.

Em nota, o presidente da Abramat, Walter Cover, afirma que a recuperação da indústria, que começou a reduzir o nível de empregos neste início de ano, depende da adoção de medidas de estímulo a novos investimentos e melhora da competitividade. "A indústria também espera incremento no Minha Casa, Minha Vida e nas concessões, bem como flexibilização na recente proposta de mudança na desoneração da folha."

Em relação a novos investimentos, o setor segue pessimista. Assim como apontou a última pesquisa, as empresas mantiveram queda na pretensão de investimento. "É o segundo mês consecutivo em que os dados apresentam queda recorde. Anteriormente, o número mais elevado havia sido em setembro de 2012, com 81%", diz a Abramat.

Atividade no setor em SP aumenta 0,8% em fevereiro, mas FIESP não vê sinais de retomada

02/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

O aumento de 0,8% no Indicador do Nível de Atividade (INA) da indústria paulista em fevereiro em relação ao mês anterior não significa retomada da produção, na avaliação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Esse aumento tanto em janeiro quanto em fevereiro é reflexo da grande queda que houve em novembro e dezembro", afirma o diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da entidade, Paulo Francini.

Segundo ele, "o número em si" não tem condição de alterar a visão sobre o desempenho da indústria paulista em 2015, que deverá ser "um mau desempenho". A Fiesp projeta queda de 5% na atividade industrial do ano.

De acordo com a entidade, o INA acumula queda de 5,9% em 12 meses. O indicador também mostra que a utilização da capacidade instalada manteve-se estável em fevereiro, em 79%.

Para Francini, a retirada do programa de desoneração da folha de pagamentos e do Reintegra - regime especial que permite às empresas reaver parte de seus créditos tributários - compromete os investimentos. O aumento do custo da energia, a alta da taxa de juros e a fraca demanda doméstica também colaboram para o quadro difícil de 2015, avalia.

O impacto da desvalorização do real sobre a competitividade da indústria ainda não pode ser mensurado, segundo o diretor da Fiesp. "Certamente, o efeito é positivo, mas dimensioná-lo é mais complicado, porque há esse tempo necessário para que as empresas ganhem posição no mercado externo", diz Francini.

Uso de capacidade instalada recua e empresas promovem demissões, revela pesquisa da CNI

02/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

O setor manufatureiro ficou mais ocioso e voltou a diminuir o número de empregados em fevereiro, de acordo com a pesquisa "Indicadores Industriais", da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A utilização da capacidade instalada caiu de 80,9% em janeiro, para 79,7% em fevereiro, o menor nível desde fevereiro de 2009.

"Os dois primeiros meses de 2015 sugerem que este será um ano de muita dificuldade para o setor industrial. A atividade está em um nível muito baixo. Além do ajuste fiscal em curso, é necessário que o governo sinalize que serão tomadas medidas estruturantes para estimular uma reação do setor industrial", disse em nota Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da CNI.

A contração na atividade se converteu em queda nos postos de trabalho. O indicador de emprego diminuiu 0,1% entre fevereiro e janeiro, depois de três meses sem cair. A retração chega a 3,8% em relação ao mesmo mês de 2014. O número de horas trabalhadas, considerado um indicador antecedente do emprego, caiu 0,5% ante janeiro e recuou 9,5% ante fevereiro do ano passado.

Mesmo com a redução no emprego, a massa salarial e o rendimento médio, ambos reais, aumentaram 0,4% em relação a janeiro, apesar de se manterem abaixo dos níveis registrados em fevereiro de 2014. A massa salarial real caiu 4,6% e o rendimento médio real cedeu 0,8% ante fevereiro de 2014.

Na contramão da produção, o faturamento subiu 1,9% em fevereiro ante o mês anterior, feitos os ajustes sazonais, informou a CNI. Mas ficou 9,6% abaixo de fevereiro do ano passado.

Indicadores de atividade industrial da China mostram sentidos opostos

02/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

Os dois indicadores de atividade industrial da China mais acompanhados do mercado, os índices dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) do governo e do HSBC vieram em sentidos opostos nesta quarta-feira, ajudando a nublar o horizonte da produção na segunda maior economia do mundo.

O PMI do governo apontou melhora de fevereiro para março, enquanto o PMI do banco HSBC trouxe piora no mesmo período. Pela metodologia do PMI, resultados acima de 50 indicam expansão da atividade industrial em relação ao mês anterior, enquanto uma leitura abaixo de 50 indica contração. O PMI oficial subiu para 50,1 em março ante 49,9 em fevereiro, segundo a Federação Chinesa de Logística e Compras, em conjunto com o Escritório Nacional de Estatísticas, disse em comunicado.

Pesquisa feita pelo jornal "The Wall Street Journal" junto a nove economistas apontava previsão mediana de 49,8 em março para o PMI oficial. O subíndice que mede novas encomendas caiu para 50,2 em março ante 50,4 em fevereiro, mas ainda ficou em território positivo. O subíndice de produção melhorou para 52,1, ante 51,4 em fevereiro, segundo o comunicado. Já o PMI do HSBC caiu para uma leitura final de 49,6 em março ante 50,7 em fevereiro, segundo comunicado do banco.

Os dados mais recentes indicam que a demanda doméstica e externa continuam controladas em meio a condições mais fracas do mercado, que atenuaram o crescimento da produção", afirmou em comunicado o economista chefe do HSBC para a China, Qu Hongbin. A leitura final de março, porém, ficou um pouco acima da leitura prévia para o mesmo mês, anunciada dia 24 de março, que havia registrado 49,2.

A leitura prévia é baseada em 85% a 90% de respostas para a pesquisa PMI como um todo. Segundo o HSBC, as políticas de redução de quadros das empresas contribuíram para queda ainda maior no emprego industrial, com o ritmo de dispensas do trabalho mais forte desde o verão passado", disse Qu.

A produção industrial aumentou pelo terceiro mês em março, mas a taxa de expansão diminuiu, disse o HSBC. O total de novas encomendas caiu pela primeira vez desde dezembro, informou o banco. O PMI industrial do HSBC é baseado em dados compilados a partir de respostas mensais a questionários enviados a executivos encarregados por compras em mais de 420 empresas de manufatura.

PMI de serviços

Também nesta quarta-feira, o governo da China divulgou a versão oficial do PMI do setor de serviços, que caiu ligeiramente em março para 53,7 ante 53,9 em fevereiro. O PMI de serviços, também chamado de não manufatureiro, é dividido entre os subíndices de serviços e de construção. O de serviços caiu para 52,3 em março ante 53,2 em fevereiro, enquanto o subíndice para construção aumentou para 58,9, ante 56,5 em fevereiro, segundo a Federação.

O subíndice de novas encomendas para todo o setor não manufatureiro caiu para 50,3 em março ante 51,2 no mês anterior. O PMI não manufatureiro abrange serviços (incluindo

varejo), aviação, software e imobiliário (construção, inclusive). Os questionários mensais são enviados a executivos de compras em 1,2 mil empresas.

Indústria tem a maior queda desde 2009

02/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os resultados da indústria em fevereiro mostram que o setor está longe de uma recuperação. A produção recuou 0,9% em relação a janeiro, segundo a Pesquisa Industrial Mensal divulgada nesta quarta-feira (1º) pelo IBGE. O crescimento do mês anterior ainda foi revisado de 2% para apenas 0,3%, o que aumenta as chances de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre do ano tenha ficado negativo, alertam analistas. "São muitos fatores jogando contra [a recuperação] nos próximos meses", afirmou o economista-chefe da Icatu Vanguarda, Rodrigo Alves de Melo.

Na comparação com fevereiro do ano passado, o tombo na produção foi de 9,1%, o pior resultado desde julho de 2009, período da crise financeira internacional. Dos 26 ramos investigados, 24 registraram retração. Houve redução na fabricação de 70,2% dos 805 itens pesquisados.

"O que impressiona é o comportamento de bens de capital e bens duráveis, que são dois setores que dependem muito do crédito e das expectativas. O crédito está ruim e as expectativas de consumidores e empresários também estão muito negativas", apontou Julio Gomes de Almeida, professor do Departamento de Economia da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A categoria de bens de capital, que indica a realização de investimentos, recuou 25,7% em fevereiro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Já a de bens de consumo duráveis, que mostra o comprometimento das famílias com dívidas no médio e longo prazo, teve queda de 25,8%. "É um desastre", definiu Gomes de Almeida. "O declínio na produção industrial deve ser ainda maior este ano do que foi em 2014 [-3,2%]."

Mal das rodas

A indústria de veículos automotores liderou os impactos negativos entre as atividades pesquisadas em fevereiro, com recuo de 30,4%. O segmento reduziu a fabricação de 97% dos produtos investigados.

"O setor automotivo tem registro de paradas para manutenção, férias coletivas, lay-off e reduções de jornada de trabalho atingindo não só a produção de automóveis mas também a de caminhões e, conseqüentemente, a parte de autopeças", explicou André Macedo, gerente na Coordenação de Indústria do IBGE.

O mau desempenho até teve influência do calendário. A celebração do carnaval em fevereiro deste ano fez com que o mês tivesse dois dias úteis a menos do que fevereiro de 2014.

"Mas não foi só isso. A sequência de resultados negativos já vem desde março do ano passado", ressaltou Macedo.

MÁQUINAS DESLIGADAS

A produção industrial brasileira caiu 9,1% em fevereiro, a maior queda desde julho de 2009 (-9,9%). No acumulado em 12 meses, o índice negativo é de 4,5%. As estatísticas refletem o péssimo momento pelo qual passa a indústria nacional:

Produção

Em relação a igual mês do ano anterior (%)



Fonte: Pesquisa Mensal Industrial, do IBGE, e pesquisas Indicadores Industriais e Índice de Confiança do Empresário Industrial, da Confederação Nacional da Indústria. Infografia: Gazeta do Povo.

Capacidade instalada da indústria

Já a capacidade instalada da indústria nacional caiu ao menor nível desde fevereiro de 2009 (77,1%), no auge da crise internacional:



Índice de Confiança do Empresário Industrial

A confiança do industrial brasileiro despencou para 37,5 pontos em março deste ano. Trata-se da pior nota desde o início da série histórica, em abril de 1999:



Receita atualiza IN que consolida as normas do IR das pessoas físicas

02/04/2015 - Fonte: COAD

Foi publicada no Diário Oficial da União de hoje, 1-4, a [Instrução Normativa 1.558 RFB/2015](#), que altera a Instrução Normativa 1.500 RFB/2014 que consolida as normas gerais de apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, na fonte e na Declaração de Ajuste.

Dentre as alterações destacamos:

- incorpora os Atos Declaratórios que dispensam da retenção do imposto as verbas recebidas a título de auxílio pré-escolar, pelos trabalhadores que tenham filhos com até 5 anos de idade, e reembolso-babá;
- atualiza a vigência da dedução, na Declaração de Ajuste Anual, da contribuição previdenciária patronal paga pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado, que foi prorrogada até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018;
- ajusta a incidência do imposto sobre os Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, que a partir de 11-3-2015, por força da Medida Provisória 670, se aplica a qualquer rendimento tributado pela Tabela Progressiva. Esse tratamento, no período de 28-7-2010 a 10-3-2015, aplicou-se apenas aos rendimentos decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e do trabalho;
- atualiza, conforme a seguir, a tabela para cálculo do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre importâncias recebidas pelos trabalhadores a título de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) das empresas, a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015:

Valor do PLR anual (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir imposto (em R\$)
De 0,00 a 6.677,55	0,0%	-
De 6.677,56 a 9.922,28	7,5%	500,82
De 9.922,29 a 13.167,00	15%	1.244,99
De 13.167,01 a 16.380,38	22,5%	2.232,51
Acima de 16.380,38	27,5%	3.051,53

A Instrução Normativa 1.558 RFB também atualiza os Anexos I a IV e VI a IX da Instrução Normativa 1.500 RFB, que divulgam os rendimentos previdenciários isentos, as Tabelas Progressivas de incidência mensal, inclusive de rendimentos recebidos acumuladamente de anos anteriores, os valores da dedução por dependentes, as Tabelas Progressivas anuais, os limites de despesas com instrução e do desconto simplificado, conforme alterações da Medida Provisória 670.

Venda de veículos sobe 26% em março, informa Fenabrave

02/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Com o maior número de dias úteis em março deste ano, as vendas de veículos novos aumentaram 26,21% ante fevereiro, mas recuaram 2,54% na comparação ao mesmo mês do ano passado.

Os números foram divulgados nesta quarta-feira (1º) pela Federação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Fenabrave). Com o resultado, os licenciamentos acumulam queda de 17,02% no primeiro trimestre 2015 ante igual período de 2014.

Nos 22 dias úteis de março, foram vendidos 234.681 automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões em todo o país, mais do que os 185.947 licenciados nos 17 dias de fevereiro e do que os 240.793 emplacados nos 18 dias úteis de março do ano passado.

Após 137 demissões, trabalhadores da Ford anunciam greve

02/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os operários da fábrica de motores da Ford, em Taubaté (SP), anunciaram nesta quarta-feira (1.º) greve geral contra a demissão de 137 trabalhadores, afastados há oito meses da fábrica em razão da queda nas vendas.

O anúncio foi feito pela montadora um dia antes, quando eles voltariam ao trabalho. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da região, uma assembleia geral está marcada para a próxima terça-feira (7).

Em nota, a Ford informou, porém, que já concluiu os acordos neste caso. Os operários demitidos iniciaram uma série de protestos em frente à fábrica, impedindo a entrada dos demais empregados.

Ministro quer R\$41 bi para micro e pequena empresa, mas BC não deve mexer em compulsório

02/04/2015 - Fonte: Reuters

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa busca a liberação de 41 bilhões de reais em compulsórios para elevar e baratear a oferta de crédito a micro e pequenas empresas, mas o pedido esbarra na resistência da equipe econômica.

O ministro da pasta, Guilherme Afif Domingos, disse à Reuters nesta quarta-feira que a liberação de recursos do compulsório --parte do dinheiro depositado nos bancos que fica no Banco Central, ou seja, fora de circulação-- foi tema de reunião na Casa Civil nesta tarde.

Segundo ele, a presidente Dilma Rousseff já teria manifestado ser favorável ao uso de parcela dos compulsórios para ampliar a oferta de crédito para micro e pequenas empresas.

"O uso do compulsório é uma determinação da presidente Dilma", declarou Afif, acrescentando que Dilma gostaria de uma definição sobre o tema até 10 de abril para acelerar a oferta de crédito para os pequenos negócios, segmento que responde mais rapidamente na oferta de emprego.

Porém, uma fonte da equipe econômica que falou à Reuters sob condição de anonimato disse à Reuters que "não há como dar prosseguimento a esse pedido. Não há como liberar 41 bilhões de reais na economia".

A mudança nos percentuais de recolhimento compulsório de depósitos à vista e a prazo -- parte dos recursos dos bancos que fica depositada no BC, ou seja, fora de circulação-- depende de norma da autoridade monetária.

A liberação de dinheiro pelo BC agora, porém, iria na contramão do esforço da autoridade monetária para controlar a inflação e reduziria o efeito do aperto monetário em curso para conter a demanda.

Participaram da reunião na Casa Civil, além de Afif, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e os presidentes do BNDES, Luciano Coutinho, e da Caixa, Mirian Belchior, além do vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Osmar Dias.

Também participaram do encontro os ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento), além de Afif.

A última vez que o compulsório foi usado para estimular o crédito foi em julho e agosto do ano passado, quando o BC anunciou uma série de medidas para melhorar a oferta de empréstimos e financiamentos na economia.

A despeito dessa iniciativa, o mercado de crédito desacelerou no ano passado, encerrando o ano com uma taxa de expansão de 11,3 por cento a menor em 11 anos.

Para 2015, o BC indicava aumento de 12 por cento do crédito, mas reviu a projeção para alta de 11 por cento diante dos sinais persistentes de fraqueza da atividade doméstica.

IPC-Fipe desacelera alta a 0,70% em março

02/04/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de São Paulo encerrou o mês de março com alta de 0,70 por cento por cento, após avançar 1,22 por cento em fevereiro, informou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) nesta quinta-feira.

O resultado ficou em linha com a mediana das estimativas em pesquisa da Reuters, da 0,69 por cento. Em março, o maior peso sobre o IPC-Fipe do mês foi exercido pelo grupo Habitação, com 0,3736 ponto percentual e alta de 1,21 por cento, contra 1,82 por cento no mês anterior.

Também teve destaque o grupo Alimentação, que registrou avanço dos preços de 0,72 por cento, com impacto de 0,1648 ponto percentual. O IPC-Fipe mede as variações quadrissemanais dos preços às famílias paulistanas com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

A próxima divulgação do IPC-Fipe, referente à primeira quadrissemana de abril, será no próximo dia 9 de abril.

Governo retoma PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira de empresas em regime não-cumulativo

02/04/2015 - Fonte: Reuters

O governo federal restabeleceu para 0,65 por cento a alíquota do PIS/Pasep e para 4 por cento a alíquota do Cofins incidentes sobre receitas financeiras de pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa, de acordo com decreto publicado em edição extra do Diário Oficial da União de quarta-feira.

Anteriormente, as alíquotas estavam reduzidas a zero. As novas alíquotas são aplicáveis inclusive sobre receitas decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, segundo o texto.

O decreto afirma ainda que ficam mantidas as alíquotas de 1,65 por cento do PIS/Pasep e de 7,6 por cento do Cofins aplicáveis aos juros sobre o capital próprio. As mudanças passam a ter efeito a partir de 1o de julho de 2015.

Produção industrial cai 0,9% em fevereiro com perda em todas as categorias

02/04/2015 - Fonte: Reuters

Segundo o IBGE, a categoria com pior desempenho sobre o mês anterior foi a de Bens de Capital, uma medida de investimento, que registrou queda de 4,1 por cento, segundo o IBGE devido principalmente à menor produção de caminhões, afetada pelas férias coletivas em várias unidades.

Na comparação com fevereiro de 2014, a produção de Bens de Capital desabou 25,7 por cento, resultado mais fraco desde abril de 2009, quando houve recuo de 27,4 por cento. Dos 24 ramos pesquisados, 11 tiveram recuo, tendo entre as principais influências negativas veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,7 por cento).

Em fevereiro, algumas fábricas do país sofreram paralisações devido ao protesto de caminhoneiros contra o alto custo do frete, o que prejudicou o transporte de combustível e insumos por mais de uma semana no fim de fevereiro em diversas regiões.

As perspectivas para a indústria, um dos principais pilares da economia brasileira, não são favoráveis neste ano. O setor enfrenta dificuldades em meio à inflação e juros elevados, e a perspectiva de economistas consultados na pesquisa Focus do Banco Central é de contração da produção de 2,42 por cento, com queda de 1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

"O baixo nível de confiança do empresário, do consumidor, a demanda lenta doméstica, o mercado de trabalho menos favorável, o crédito mais caro, as famílias mais endividadas e o setor externo adverso são fatores que levam a indústria a ter menor intensidade. Há ainda alguns setores com estoques acima do seu padrão habitual", resumiu Macedo.

As indicações para março já são de fraqueza. O Índice de Confiança da Indústria (ICI) medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) caiu 9,2 por cento em março, e atingiu o menor nível desde janeiro de 2009. Já o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) apontou que a produção do setor caiu em março no ritmo mais rápido desde setembro de 2011.

Queda das commodities reduz peso chinês nas exportações

02/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

As commodities, salvadoras da balança comercial brasileira nos anos recentes, fecharam o primeiro trimestre sem dar muito ânimo à já comalvida economia.

A retração no setor é tão grande que a China, a principal parceira brasileira no comércio externo -principalmente na área de commodities-, teve uma intensa queda na participação total das exportações brasileiras.

Os chineses importaram o correspondente a US\$ 6,2 bilhões de janeiro a março deste ano, 35% menos do que em igual período de 2014.

Com isso, a participação chinesa no comércio externo do Brasil recuou para 14,5% no trimestre, ante 19,3% de janeiro a março de 2014.

União Europeia e Estados Unidos, menos participantes das importações de commodities brasileiras, elevaram a participação.

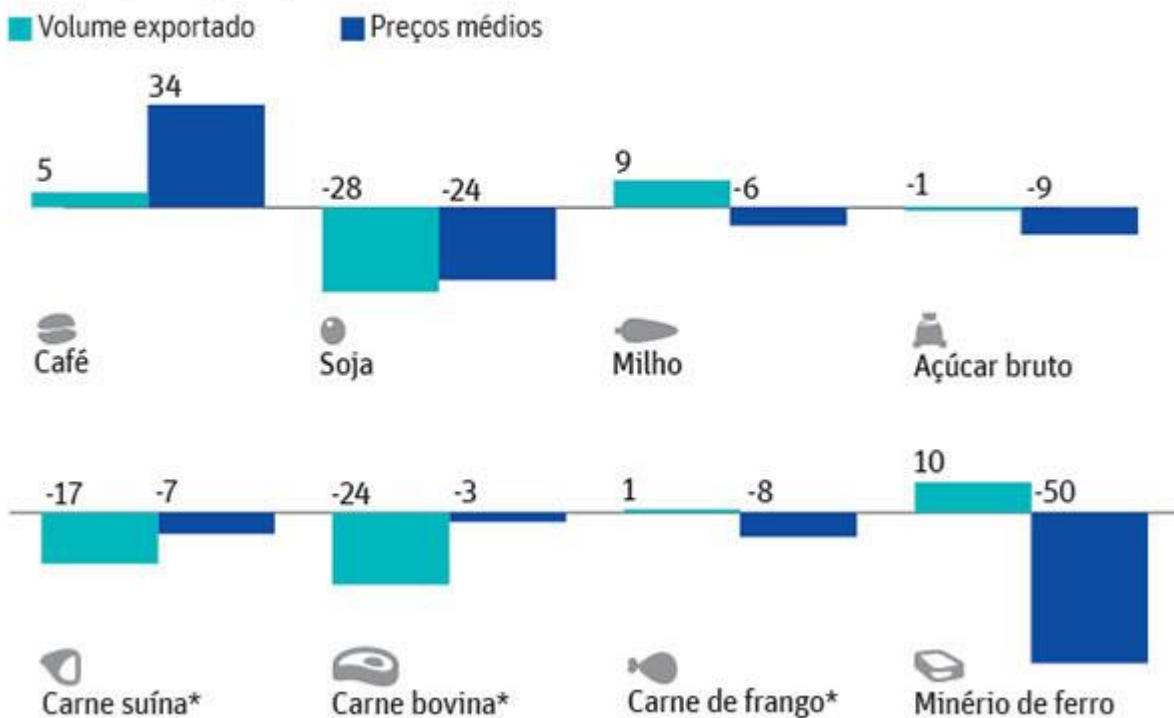
Dois dos líderes desse setor, soja e minério de ferro, tiveram comportamento diverso no volume vendido.

O Brasil exportou 79,3 milhões de toneladas de minério de ferro no ano, 10% mais em relação ao verificado em igual período de 2014. Já as exportações de soja em grãos caíram para 6,5 milhões de toneladas (-28%).

Ambos, no entanto, perderam receitas porque houve intenso recuo dos preços médios praticados neste ano.

POR QUE AS RECEITAS CAEM

Var. % do volume exportado e dos preços médios no 1º trimestre, em relação a igual período de 2014



* produto "in natura" Fontes Secex e Folha

Os dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) apontam que o minério de ferro, negociado, em média, a US\$ 98,6 por tonelada nos três primeiros meses de 2014, esteve em US\$ 48,9 de janeiro a março deste ano.

No mesmo período, a soja exportada pelo país recuou de US\$ 527,1 para US\$ 401,8.

Mas as exportações de soja vão se recuperar nos próximos meses. A safra foi maior e o volume a ser exportado neste ano será superior. O ritmo menor das exportações deste ano se deve a um atraso na colheita, além de dificuldades de logística.

Com a valorização do dólar, a queda da soja não terá grandes efeitos no bolso do produtor -que recebe mais reais com a alta do dólar-, mas afetará a entrada de divisas no país. As estimativas são que as exportações de soja rendam US\$ 8 bilhões a menos neste ano.

O café continua com maré favorável. A exportação do primeiro trimestre somou US\$ 1,5 bilhão, 40% mais do que em 2014. Além de o Brasil elevar a participação no comércio mundial, o café está em alta.

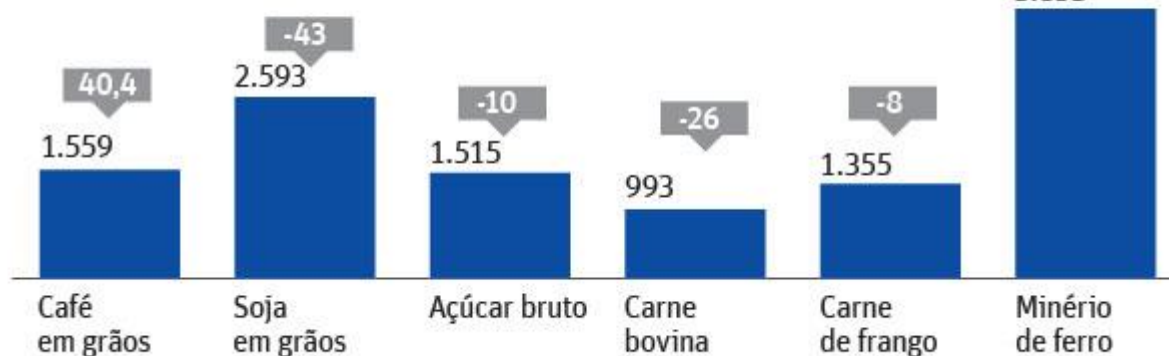
Já as carnes tiveram perdas tanto nos preços médios como no volume médio negociado no trimestre.

A exportação de carne bovina "in natura" caiu para 232 mil toneladas no ano, 24% menos do que em 2014. O preço, ao ficar em US\$ 4.284 em média por tonelada, caiu 3%.

QUANTO RENDEU

Exportação no primeiro trimestre, em milhões de dólares

■ Var. % em relação a igual período do ano passado



Fonte: Secex

Muito estranho A redução, de 10% para zero, da tarifa sobre a importação de cápsulas de café, que vem em um momento de aperto no Brasil, é muito estranha, de acordo com a indústria nacional. Serão beneficiados grandes importadores e prejudicadas as indústrias que começam a surgir no país.

Temporário O setor espera que a isenção seja por pouco tempo. Caso contrário, as dezenas de pequenas empresas nacionais que começam a participar desse mercado serão sufocadas. O Brasil importou 391 mil quilos desse tipo de café no primeiro bimestre, 40% mais ante igual período de 2014.

Crise da indústria afeta 70% dos produtos, segundo IBGE

02/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A crise da indústria tem se ampliado. A produção caiu em sete a cada dez produtos pesquisados em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2014.

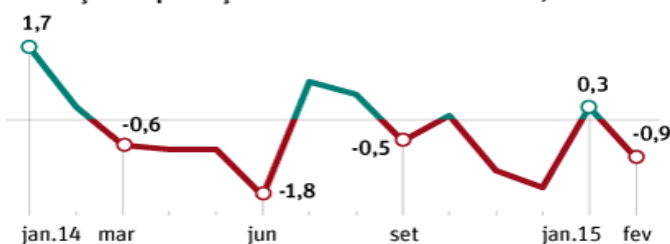
O chamado índice de difusão (70,2% dos 805 itens pesquisados tiveram queda) é o maior desde 2013, quando o IBGE passou a calculá-lo. Houve retração em 24 dos 26 setores pesquisados.

A indústria caiu 9,1% frente a fevereiro de 2014 –maior queda desde julho de 2009, em meio à crise global. Na comparação com janeiro, recuou 0,9%. Em 12 meses, acumula queda de 4,5%. O "efeito calendário", em que o Carnaval reduziu em dois dias úteis o mês de fevereiro em relação ao ano passado, tornou os dados "um pouco mais negativos".

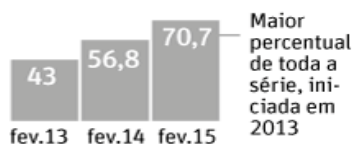
EM QUEDA

Indústria não segura retomada e produção recua 0,9%

Variação da produção no mês ante mês anterior, em %

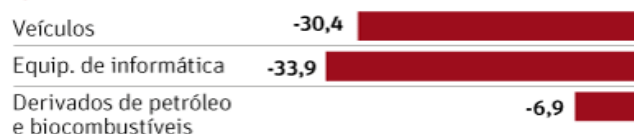


Retração disseminada
% de produtos industriais com produção em queda



Variação da produção industrial, por setores, em fev.2015, em relação ao mesmo mês do ano anterior, em %

↓ Quedas de destaque*



↑ Altas de destaque



*Ordenados de acordo com o impacto na taxa geral da indústria Fonte: IBGE

A trajetória é "claramente declinante" e intensificada desde setembro, segundo André Macedo, gerente da pesquisa de indústria do IBGE.

Houve também uma forte revisão do índice de janeiro –de alta de 2% para 0,3%. A indústria sofre com estoques altos, crédito mais seletivo, juros mais altos, consumo enfraquecido por inflação e desemprego em alta.

ANO DIFÍCIL

"A queda de atividade da economia é clara, e a indústria ilustra essa tendência, que se intensificou neste primeiro trimestre, quando o PIB terá um resultado negativo", disse Vinícius Botelho, economista da FGV. Ele estima uma retração de até 0,5% de janeiro a março.

Com o resultado de fevereiro da indústria e a previsão de uma nova queda em março, o Bradesco projeta uma retração de 0,7%.

O banco, em relatório, afirma que "ajustes em importantes cadeias, como construção e óleo e gás, deverão também limitar o desempenho da indústria neste ano". Ou seja, os reflexos da Operação Lava-Jato vão afetar o setor, que deve fechar 2015 com uma queda na faixa de 2,5% a 3%.

Para Rafael Bacciotti, analista da Tendências Consultoria, a crise da indústria cada vez mais disseminada entre setores e produtos revela uma freada compatível com a recessão econômica esperada para 2014.

SEM EFEITO DO DÓLAR

Em fevereiro, chamou atenção especialmente os tombos de veículos (33,9%) e equipamentos de informática (33,9%) –ambos dependentes de crédito.

Nem mesmo o real depreciado ajudou a indústria a vender mais para exterior ou substituir importações, segundo Macedo, do IBGE.

Isso porque a demanda interna muito fraca se sobrepõe ao possível ganho, e é preciso ainda mais tempo para sentir o efeito, pois exportadores e importadores esperam o câmbio se estabilizar num novo patamar para fecharem novos contratos.

Além disso, muitas moedas se desvalorizaram, o que minimiza o ganho de competitividade em relação a outros países.

Após 137 demissões, trabalhadores da Ford paralisam atividades

02/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os operários da fábrica de motores da Ford, em Taubaté (a 140 km de São Paulo), paralisaram atividades nesta quarta-feira (1º) contra a demissão de 137 trabalhadores, já afastados temporariamente da fábrica [no chamado regime de "lay-off"] havia oito meses em razão da queda nas vendas.

O anúncio do corte foi feito pela montadora nesta terça-feira (31), quando eles voltariam ao trabalho.

De acordo com o sindicato dos Metalúrgicos da região, uma assembleia geral está marcada para a próxima terça-feira (7). Em nota, a Ford informou, porém, que já concluiu os acordos neste caso.

Os pontos das negociações foram o fechamento do acordo de data-base (reunião entre empresa e sindicato para repactuar os termos dos seus contratos coletivos de trabalho) dos anos de 2015 e 2016 e da participação nos resultados para os anos de 2016 e 2017. Além de um novo PDV (Programa de Demissão Voluntária) a partir do dia 30 de março deste ano.

A Ford também afirmou que garantirá que aos 1500 operários da fábrica em Taubaté empregos até 2017, pelo menos.

Os operários demitidos iniciaram uma série de protestos em frente à fábrica desde terça (31), impedindo a entrada dos operários que continuaram empregados na fábrica.

Na tarde desta quarta, representantes do sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e a diretoria da Ford se reuniram em São Bernardo do Campo (a 19 km de São Paulo) para

uma reunião já marcada anteriormente. Porém, não há informação de que um acordo foi firmado.

HISTÓRICO

Em 2013, a Ford anunciou o fim da fabricação de motores Rocam na cidade.

Já em 2014, a empresa adotou medidas para evitar demissões em massa, como afastamento de trabalhadores com o banco de horas, redução da jornada de trabalho de 40 para 32 horas semanais sem redução de salários e férias coletivas.

Ainda com discurso de não ter alcançado o objetivo, a empresa abriu o PDV (Plano de Demissão Voluntária) no primeiro trimestre do ano passado e, em agosto, anunciou o "lay-off" (suspensão temporária do contrato de trabalho) para 108 operários com parte do salário (cerca de R\$ 1,3 mil) financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Em setembro, incluiu mais 116 trabalhadores no "lay-off", totalizando 224.

Sem nenhuma solução encontrada, e com a montadora perdendo espaço nos mercados do México e Argentina, a empresa decidiu prolongar o "lay-off" sem o recurso do FAT, que pela lei tem prazo somente de cinco meses. A ideia era manter o plano até o dia 31 de março de 2015 para encontrar uma solução para estes operários em negociações com o sindicato.

Na data de fim do último "lay-off" foi anunciada a demissão de 137 trabalhadores que ainda restavam no programa – os outros aderiram ao PDV no período.

MAIS CRISE

Em São Bernardo do Campo, também no ABC paulista, a Ford reduziu o ritmo de produção afastando 420 trabalhadores por tempo indefinido no início deste ano. Os dias parados serão compensados com o banco de horas.

As empresas também têm feito ajustes nas linhas de montagem. Também em Taubaté, 4.200 funcionários da Volkswagen estão em férias coletivas desde segunda-feira (30), com duração de 20 dias. Mercedes e GM abriram recentemente PDVs.

Na próxima terça (7), a Anfavea (associação montadoras) irá divulgar dados de produção e revisar para baixo as projeções iniciais, que indicavam estabilidade nas vendas em relação à 2014.

Anfavea volta a subir a rampa do Planalto

02/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Já está ficando quase tradicional a reunião de toda a cúpula da Anfavea com a presidente Dilma Rousseff em momentos de queda pronunciada nas vendas de veículos. Após quase um ano desde o último encontro, em 17 de abril de 2014, o presidente da entidade representante das montadoras no Brasil, Luiz Moan, alguns de seus vice-presidentes e presidentes das fabricantes associadas, voltaram a se reunir em grande número com a presidente da República e alguns de seus ministros.

Na tarde de quarta-feira, 1º, foram apresentados à Dilma em reunião no Palácio do Planalto dados sobre a conjuntura do setor, a fim de debater com o governo as dificuldades da indústria, em meio a um cenário de forte contração. A data coincidiu com a divulgação do desempenho das vendas do setor pela Fenabreve, que reúne as

concessionárias, apontando retração de 17% no primeiro trimestre contra igual período do ano passado.

Durante a reunião, o governo decidiu criar um grupo de trabalho interministerial para debater com as montadoras incentivos ao setor automotivo e contribuições ao Plano Nacional de Exportações, com o objetivo de estimular os investimentos, a competitividade e ampliar os embarques do setor.

O governo também sinalizou que, dentro de 30 dias, responderá à pauta dos fabricantes de veículos, indicando o que pode ser resolvido imediatamente e o que será encaminhado a médio e longo prazos.

Após a reunião, realizada em Brasília, cuja pauta também tratou de temas como emprego, lay-off (suspensão de contratos de trabalho) e a apresentação dos dados do setor, Moan afirmou em entrevista coletiva que "o caminho correto da indústria é buscar ganhos de competitividade", aproveitando principalmente a alta do dólar, que favorece as exportações".

Para Moan, o esforço do governo brasileiro para renovar o acordo automotivo com países como o México foi um "alento" para que o setor possa expandir suas vendas, com melhores condições de competitividade. A Anfavea também pretende participar das negociações para a prorrogação do acordo com a Argentina, que vence em 30 de junho.

Ainda segundo o presidente da Anfavea, as montadoras apoiam o ajuste fiscal promovido pelo governo. "Compreendo e torço para que toda a estrutura do ajuste seja aprovada para que o setor possa retomar, o mais rápido possível, seu nível de atividade econômica."

Segundo o ministro da Casa Civil, Aloízio Mercadante, que também participou da reunião entre Dilma e a Anfavea, o grupo poderá estudar a integração de cadeias produtivas, removendo barreiras às exportações, em especial para países da América Latina. "Descuidamos um pouco das exportações no nosso entorno, porque o mercado brasileiro cresceu muito. Precisamos agora dar mais foco para exportações."

Também participaram da reunião o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Segundo Mercadante, o grupo, que também terá representantes dos ministérios da Fazenda, das Cidades e das Relações Exteriores, deve discutir temas como as melhorias que podem ser feitas para agilizar a burocracia de transferência de veículos e a revisão de exigências de acessórios em automóveis, que, segundo ele, não é aplicada por outros países.

Pirelli quer suspender 1,5 mil funcionários

02/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A Pirelli está negociando com sindicatos a adoção de um programa de suspensão temporária de contratos de trabalho (layoff) para 1,5 mil funcionários no Brasil, em todas as quatro fábricas da empresa instaladas no País, nas cidades de Santo André e Campinas (SP), Gravataí (RS) e Feira de Santana (BA).

Em nota, a companhia informou que a medida é consequência da queda de vendas de veículos no País causada pelo cenário econômico instável. A Pirelli diz ser necessária uma adequação no nível de produção por causa da contração na demanda atual e futura.

O licenciamento de veículos novos caiu 7,1% no acumulado de 2014 em relação a 2013 e

as vendas de zero-quilômetro já encolheram 17% nos três primeiros meses de 2015 em relação ao mesmo período do ano passado.

A Pirelli recentemente vendeu parte de seu controle acionário para o grupo chinês ChemChina, maior empresa química do país asiático. O negócio, de € 7,1 bilhões, dá à China Nacional Tire & Rubber, o braço de pneus do grupo, 26,2% das ações que a holding italiana Cam Finanziaria (Camfin) detinha da empresa.

Mercedes GLA dará salto de vendas neste ano

02/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A **Mercedes-Benz** ampliou o leque de versões do seu pequeno utilitário esportivo GLA, que com isso passará de 22% para 35% do mix de vendas da marca no Brasil. A principal novidade está no motor 2.0 a gasolina de 211 cavalos instalado nos GLA 250 Vision e Sport, que têm preços sugeridos, respectivamente, de R\$ 171,9 mil e R\$ 189,9 mil.

Outro destaque é a nova opção GLA 200 Style, que se tornou a versão de entrada. Com tabela de R\$ 128,9 mil, ela custa R\$ 8 mil a menos que a 200 Advance por não trazer memória para o banco do lado do motorista nem faróis de xênon ou assistência eletrônica para estacionamento.

“Será um carro para atrair os clientes pelos anúncios de jornal. Nossos concorrentes também usam essa estratégia”, afirma o gerente de vendas e marketing Dirlei Dias. Com as três novas versões sobem para sete as opções do modelo (veja lista no fim da reportagem). “Em seis meses foram vendidos 2 mil GLA.

Faltaram carros por causa das cotas do Inovar-Auto. Se tivéssemos 30% mais teríamos vendido tudo. A partir de maio teremos volume. Venderemos 6 mil unidades do GLA em 2015”, afirma o gerente de marketing, que cita como principais concorrentes o Audi Q3 e o BMW X1.

O destaque dos novos 250 em relação aos GLA 200 está mesmo no motor 2.0, capaz de levá-los de zero a 100 km/h em 7,2 segundos. A velocidade máxima informada pela fabricante é de 235 km/h, limitada eletronicamente (nos GLA 200 os números são 8,8 s e 215 km/h).



Novo GLA 250 repete bom nível de acabamento dos carros lançados em setembro; sistema Active Park Assist ajuda a parar em vagas de rua ou shoppings.

A versão Sport traz como itens extras câmera de ré, acionamento elétrico da tampa do porta-malas, botão de partida, detalhes de alumínio na base dos para-choques e nas saias

laterais. Suas rodas têm 19 em vez de 18 polegadas. Por dentro, o GLA Sport também traz detalhe de alumínio no painel, acabamento com costuras vermelhas e bancos dianteiros elétricos com memória. Na versão Vision os bancos e portas misturam couro e tecido. Já a Sport reúne couro e camurça.

ESTABILIDADE SURPREENDE

Automotive Business andou nos novos GLA 250 por cerca de 240 quilômetros em rodovias bem conservadas. Bancos, posição de dirigir e acabamento repetem a qualidade característica da marca alemã. Com 55 cavalos a mais que o GLA 200 avaliado em setembro, as versões 250 são bem ágeis em acelerações e retomadas e sempre transmitem muita segurança, mesmo em curvas fechadas.

O câmbio de dupla embreagem e sete velocidades tem três programas, econômico, esportivo e manual, com trocas de marcha por aletas atrás do volante. O GPS ainda desagrada, desta vez não só pelo sotaque português, mas também pela imprecisão na indicação de parte do roteiro estabelecido para o test-drive.

No mais, é um carro bem bacana, com grande equilíbrio entre conforto, segurança, desempenho, espaço para passageiros e bagagem. Segundo a fabricante, o porta-malas tem 421 litros com o banco traseiro em posição normal ou 836 l se estiver rebatido. O sistema de auxílio ao estacionamento é capaz de buscar vagas paralelas (como as de rua) e também entrar e sair desses espaços. Em vagas perpendiculares (de shoppings ou mercados), o sistema consegue colocar, mas não retira o carro.

Ainda importado da Alemanha, o GLA será produzido a partir de fevereiro de 2016 na fábrica da Mercedes-Benz em Iracemápolis, cidade do interior paulista próxima a Limeira. Ele dividirá a linha de montagem com o sedã Classe C.

Veja a lista de preços do modelo

GLA 200 Style – R\$ 128,9 mil;
GLA 200 Advance – R\$ 136,9 mil;
GLA 200 Vision – R\$ 154,9 mil;
GLA 200 Black Edition – R\$ 157,9 mil;
GLA 250 Vision – R\$ 171,9 mil;
GLA 250 Sport – R\$ 189,9 mil;
GLA 45 AMG – R\$ 289,9 mil.

Camex reduz imposto para mais autopeças sem produção nacional

02/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Foram acrescentados mais cinco sistemas eletrônicos de segurança à lista de **autopeças sem produção nacional** que podem ser importadas com imposto reduzido, com alíquota que cai de 14% e 16% para apenas 2%.

A inclusão foi confirmada pela **Camex**, a câmara de controle de importações e exportações vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Segundo comunicado, “a medida está alinhada à política industrial do setor automotivo, com o objetivo de aumentar a competitividade”.

A Resolução Camex 116, publicada em dezembro de 2014 com a lista de autopeças beneficiadas com a redução do imposto de importação, foi alterada na quarta-feira, 1º, pela Resolução Camex 16/2015, para a inclusão dos seguintes itens:

- **Sensor indutivo de movimento**, que monitora as rodas direcionais e de tração para melhorar a eficiência e segurança de frenagem;
- **Módulos hidráulicos** para controle independente de tração e frenagem de cada roda, para aumentar a estabilidade;
- **Unidades de controle eletrônico** que controlam o acionamento das bolsas de ar (airbags) e o pré-tensionador do cinto de segurança, com base em sinais recebidos dos sensores de impacto e de deslocamento;
- **Módulos eletrônicos VMCU** para caminhões, que funcionam como unidade central de comando de sistemas integrados do veículo;
- **Módulos eletrônicos BBM**, responsáveis por monitorar os pedais de aceleração e freio, para efetuar comandos nos sistemas de gerenciamento do motor, alimentação, frenagem e bloqueio.

Segundo a Camex, a revisão da lista para inclusão dos cinco itens foi feita a partir de propostas apresentadas por entidades representativas do setor automotivo. O regime de tributação reduzida para 2% de autopeças não produzidas localmente é aplicado quando os componentes forem importados para a fabricação de outros produtos automotivos.

A medida está prevista no acordo automotivo Brasil-Argentina estabelecido no 38º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) 14.

Março confirma forte queda das vendas de veículos

02/04/2015 - Fonte: Automotive Business

O conturbado início de ano da indústria automotiva vinha sendo amenizado pela esperança de que março sinalizasse recuperação das **vendas de veículos**. A expectativa, no entanto, foi frustrada pelos dados do Renavam divulgados na quarta-feira, 1º, pela Fenabreve, entidade que representa os distribuidores do setor. Durante o mês, que é tradicionalmente aquecido para os negócios do segmento, foram negociados 234,6 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

O volume é 2,5% inferior ao de março de 2014 e 26,2% maior do que o registrado em fevereiro. Apesar de soar como o indício de uma recuperação, o crescimento registrado na comparação mensal é justificado apenas pela diferença de dias úteis. Enquanto março somou 22 dias de vendas, fevereiro teve apenas 18, descontando o carnaval e a emenda do feriado na segunda-feira. Desta forma, a média diária de emplacamentos diminuiu 2,7% sobre o mês anterior, para 10,6 mil unidades/dia.

No acumulado de janeiro a março de 2015, as vendas chegaram a 674,4 mil veículos, entre leves e pesados. O número aponta queda de expressivos 17% na comparação com igual intervalo do ano passado.

A contração da demanda indica que os negócios precisarão ter melhora significativa nos próximos meses para o resultado de 2015 convergir para a projeção divulgada pela Fenabreve. A entidade trabalha com a expectativa de que as vendas diminuam 10% na comparação com 2014, para cerca de 3,14 milhões de unidades.

SEGMENTOS

Os fabricantes de caminhões foram os mais impactados pela queda das vendas no primeiro trimestre. O emplacamento de veículos do segmento caiu 36,1% e ficou em 19,3 mil unidades. Considerando apenas os dados de março, foram negociados 6,5 mil caminhões, com crescimento de 25,7% na comparação com o fraco resultado de fevereiro e queda de 29,5% sobre igual mês do ano passado.

A demanda foi fortemente afetada no início do ano pela demora na regulamentação das novas regras para o Finame PSI, linha de crédito subsidiada. Além disso, a área de bens de capital é tradicionalmente uma das primeiras a ser afetada pela redução do ritmo da economia.

As vendas de ônibus também tiveram queda severa. Foram 6,3 mil chassis, volume 20,6% menor do que o registrado no primeiro trimestre de 2014. Em março as entregas somaram 2,1 mil unidades. O número é 11,6% maior que o anotado há um mês e 23,2% inferior ao registrado um ano atrás.

Entre os leves a redução nas vendas foi de 16,2% de janeiro a março, para 684,6 mil veículos. Foram negociados 545,8 mil automóveis, segmento que apresentou queda um pouco menor, de 15,9%. Já a demanda por comerciais leves somou 545,8 mil veículos, com redução de 17,6% sobre o início do ano passado.

Plenário pode votar projeto que regulamenta terceirização

02/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

A regulamentação da terceirização é o destaque do Plenário da Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (7). Um dos pontos mais polêmicos do texto em análise é possibilidade de terceirização em relação a qualquer das atividades das empresas privadas, públicas ou de economia mista. Os sindicatos temem a precarização da relação trabalhista.

A medida consta do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para o Projeto de Lei 4330/04. O substitutivo foi elaborado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA).

O texto também não garante a filiação dos terceirizados no sindicato da atividade preponderante da empresa, o que, na visão dos sindicatos, fragilizará a organização dos trabalhadores terceirizados.

Quanto às responsabilidades da empresa contratante do serviço terceirizado, o substitutivo prevê que ela somente responderá solidariamente com a contratada se não fiscalizar os pagamentos devidos aos contratados.

Estudo mostra queda na confiança dos empreendedores brasileiros

02/04/2015 – Fonte: Portal Contábil

O Índice de Confiança do Empresário de Pequenos e Médios Negócios no Brasil (IC-PMN) foi divulgado nesta quarta-feira (01), pelo Centro de Pesquisas em Estratégia do Insper, com apoio do Santander. No geral, o nível de confiança dos pequenos e médios empresários brasileiros em relação ao segundo trimestre desse ano atingiu 57,7 pontos, um recuo de 2%.

De acordo com o professor e pesquisador do Insper, Gino Olivares, o indicador quase atingiu o mesmo patamar do segundo trimestre de 2009, período em que o país enfrentava uma crise global, quando o nível de confiança somou 57,2 pontos à época.

“A variação surpreendeu, a gente esperava um recuo maior dada a quantidade de notícia negativa. É uma queda modesta, mas o empresário está enxergando a situação do país de uma maneira semelhante ao cenário de 2009”, conta Olivares.

Apesar do nível de pessimismo parecido, o professor afirma que as situações são bem diferentes. “Difícilmente, nos próximos meses a recuperação irá acontecer”, afirma.

O recuo do IC-PMN no segundo trimestre desse ano foi puxado pelo nível de confiança do empresário do setor de serviços, que teve uma queda de 3,18%, para 58,4 pontos. Na indústria, o IC-PMN atingiu 58,9 pontos, contra 58,4 pontos do primeiro trimestre de 2015.

Enquanto os pequenos e médios empresários do comércio apontaram uma retração de 2,2% no indicador, para 57 pontos.

Em relação às expectativas sobre a economia brasileira, a pesquisa mostrou uma queda de 6,2% em comparação ao primeiro trimestre, chegando a 48,4 pontos. Já no caso das perspectivas de faturamento, o índice teve retração de 1,7%, para 63,6 pontos.

O estudo também revela a intenção de contratação de novos empregados por parte dos pequenos e médios empresários, que se manteve estável com 54 pontos.

A região Nordeste apresentou o maior aumento no nível de confiança, de 3,1% (para 59,8 pontos). Na avaliação, o Centro-Oeste registrou crescimento de 2,2% (para 57,5 pontos) e o Sul, de 0,7% (para 56,7 pontos).

A avaliação do índice mostra as regiões Sudeste e Norte, com quedas respectivamente de 5,3% (57 pontos) e 2,7% (62 pontos).

O levantamento também questionou como os empresários pretendem expandir o negócio nos próximos meses. Para 40% dos entrevistados, a resposta foi diversificar em produtos ou serviços.

Fundir ou adquirir outros negócios (22%), abrir uma filial (19%), formar uma parceria (12%) e internacionalizar ou procurar outros mercados (7%) foram as outras respostas. Os dados foram obtidos por meio de 1328 entrevistas telefônicas com pequenos e médios empresários de diferentes regiões do Brasil, dos setores do comércio, indústria e serviços. A margem de erro do IC-PMN é de 1%, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

Brasil Mais Simples debate desburocratização nos pequenos negócios

02/04/2015 – Fonte: Portal Contábil

Nos próximos dias 9 e 10 de abril, a desburocratização no dia a dia dos pequenos negócios estará no centro das atenções. O Sebrae e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República realizam mais uma edição do seminário Brasil Mais Simples 2015.

O evento debaterá e alinhará, com os parceiros da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), importantes assuntos

relacionados à simplificação de procedimentos relacionados à formalização, registro e licenciamento de negócios e à implantação da rede em todo o Brasil.

A Redesim é um sistema integrado que permite a abertura, alteração, fechamento, e emissão de alvará de funcionamento integrados com a entrada única de dados e documentos, além da troca de informações entre os órgãos que participam da formalização, por meio de sistemas integradores de bancos de dados, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia e o tempo para as formalizações dos pequenos negócios.

Também serão promovidos dois painéis que discutirão soluções para a elaboração de uma legislação que regulamente o licenciamento de empresas sem estabelecimento, tais como os food trucks no país. Participarão das discussões órgãos públicos da União, estados e municípios; poder Legislativo; Ministério Público; Corpos de Bombeiros; Juntas Comerciais; Anvisa e vigilância sanitária estaduais e municipais; órgãos licenciadores de meio ambiente; corporações e organizações empresariais vinculados ao desafio de implantação da Redesim.

Também estarão presentes centenas de prefeitos e secretários estaduais e municipais de Desenvolvimento. Essa será uma grande oportunidade para disseminar o conhecimento sobre a amplitude do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

O evento terá duração de dois dias, sendo o primeiro em formato de seminário, realizado no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília (DF), concomitantemente com o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). No segundo dia serão realizadas oficinas temáticas na sede do Sebrae Nacional, apenas para convidados.

Índices mostram piora da economia

02/04/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Indicadores da indústria, comércio e serviços apontam para quadro de retração cada vez maior; PIB do 1º trimestre pode ter queda de 2%

Uma série de indicadores da indústria, do comércio e do setor de serviços mostra que a economia real está se deteriorando rapidamente no 1º trimestre, movimento que deve continuar nos próximos meses, de acordo com a tendência apontada pelos indicadores de confiança. Os índices de confiança, que refletem a situação atual e as expectativas futuras, encerraram março nos menores níveis desde 2008/2009.

Depois de uma ligeira recuperação em janeiro, a produção industrial de fevereiro, divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE, caiu 9,1%, e as vendas de vários setores que são indicadores antecedentes, como veículos e o comércio varejista paulista, encerraram março no vermelho. Esse resultado negativo pode levar a uma retração ainda maior do Produto Interno Bruto (PIB) já no 1.º trimestre.

A Tendências Consultoria Integrada, por exemplo, deve aumentar de 1% para 2% a estimativa de queda para o PIB entre janeiro e março em relação ao último trimestre de 2014. E a expectativa para o ano é de um recuo de 1,4%. "A sinalização é de que não há nenhum gatilho que sinalize a retomada de confiança", diz Rafael Bacciotti, economista da consultoria.

Na avaliação do economista-chefe da LCA Consultores, Braulio Borges, os indicadores de atividade e de confiança devem continuar piorando até a metade do ano e começarão a se estabilizar - mas num patamar ruim - só no 2.º semestre. A reversão do quadro é

esperada para a virada de 2016. "Os indicadores ruins da economia real não me surpreendem", diz.

Ele ressalta que o que se vive atualmente é o pior desempenho da atividade desde 2009, quando o PIB caiu 0,2%. Ele projeta retração de 1% para o ano. Para o 1.º trimestre, a consultoria também espera queda no PIB em relação ao último de 2014. Mas, pelas revisões de metodologia do PIB, o tamanho do tombo ainda não foi estimado.

Borges explica que uma parte da retração da atividade resulta de decisões deliberadas de política econômica, como ajuste fiscal, com aumento das tarifas, e a alta da taxa de juros para fazer com que a inflação caminhe para a meta. Outra parte é reflexo da operação Lava Jato, que afetou grandes companhias empregadoras e que abrangem vários segmentos, como a Petrobrás e empreiteiras.

Essa também é a avaliação de Bacciotti. "A piora na indústria, por exemplo, está ocorrendo por causa dos efeitos da Lava Jato, pela incerteza quanto ao cenário de energia, e há um fator adicional que é o enfraquecimento da demanda interna." A fraqueza da demanda interna, segundo ele, tem como pano de fundo a deterioração do mercado de trabalho.

Demanda. "O que esses indicadores estão mostrando são os primeiros sinais de deterioração da demanda agregada", afirma o economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira. Como o ajuste mal começou, ele acredita que esse cenário deverá perdurar ao longo do ano.

Na avaliação de Oliveira, o que explica uma deterioração tão rápida e forte dos indicadores é que, ao contrário da crise de 2009, onde os problemas eram de oferta, a crise atual está afetando não só a oferta, mas também a demanda. "Por isso ela é mais severa e rápida", diz.

A fraca demanda doméstica é a grande preocupação dos empresários da indústria, segundo sondagem da FGV de março.

"O mercado doméstico está relativamente esgotado. Mas é um esgotamento até com uma certa cautela. A gente percebe que o consumidor não está indo tresloucadamente às compras", afirma o diretor de pesquisa da consultoria GO Associados, Fabio Silveira. "Não podemos ter muita esperança do lado do consumidor."

No auge da crise financeira internacional, em 2008, a economia conseguiu sair rapidamente da recessão por causa da força do mercado interno, o que não deve ocorrer agora.

Para Silveira, a economia deve enfrentar um período de baixo crescimento até o 1.º semestre de 2016, pelo menos. Para este ano, a previsão da GO é de uma retração do PIB de 1,2%.

Na avaliação do economista, a melhora da atividade passa pelo ajuste fiscal e pelo aumento da presença brasileira no mercado externo.